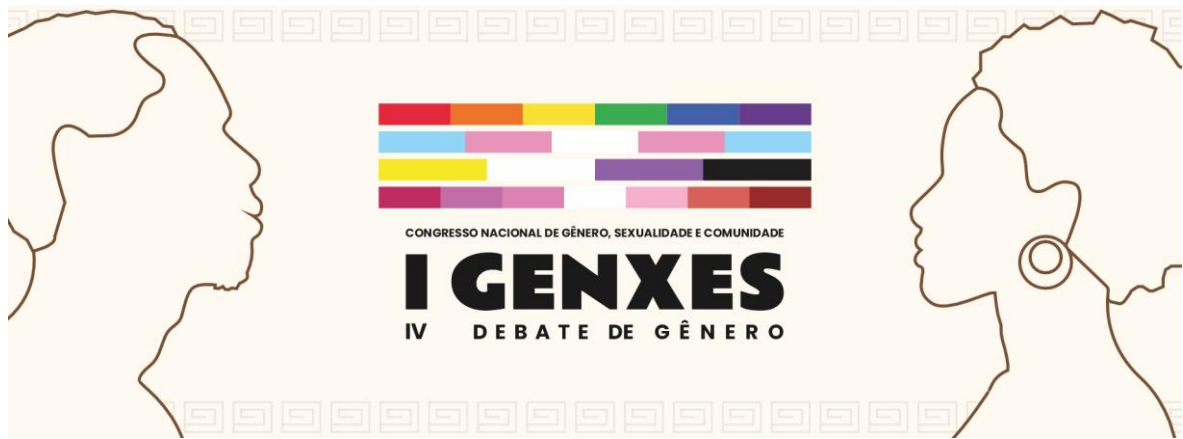




A EDUCAÇÃO DA MULHER NO SÉCULO XIX SOB OLHAR DA REVISTA O SEXO FEMININO

Eixo Comunitário: História das Relações de Gênero e sexualidade

Maria Andressa Araújo¹
Nilene Trigueiro Marinho²

RESUMO: Ao longo do século XIX, a mentalidade vigente não pretendia ofertar educação para as mulheres. Tendo seus interesses tratados pelo homem, o ideário era de que o trabalho intelectual não se destinava a essas. Assim tornar-se relevante conhecer essa história por meio da voz feminina. Desse modo, o trabalho visa compreender e problematizar o processo de escolarização feminina, no final do século XIX, sob olhar da revista o sexo feminino, ano de 1873. Utilizando o método documental e exploratório, os resultados da pesquisa demonstraram ser por meio de mecanismo de poder, que no final do século XIX, as mulheres de classe elitizadas ocupam em maioria, as escolas normais e o magistério. À vista disso, o estudo é valorativo ao contemplar essa temática sobre olhar protagonista feminino e se limita ao analisar poucas edições.

Palavras-chave: Educação da mulher; Imprensa; O sexo feminino.

¹ Discente do curso de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE)- campus Juazeiro. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Corporeidade e Sociedade (GEPEECOS). E-mail: andressa8867@gmail.com

² Professora do curso de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE)- campus Juazeiro. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Corporeidade e Sociedade (GEPEECOS). E-mail: nilene@ifce.edu.br



INTRODUÇÃO

O presente estudo visa compreender e problematizar o processo de escolarização feminina, ao final do século XIX, para tanto fez uso de um periódico escrito por uma mulher, Francisca Senhorinha de Mota Diniz, em sua revista *O Sexo Feminino* (1873-1889).

A relevância do trabalho situa-se em entender as lutas e o enfrentamento das mulheres na busca por escolarização no Brasil, país que por muito tempo excluiu as mulheres do direito à educação, bem como, de seu acesso às escolas. Visto que, até a metade do século XIX, as escolas que aqui havia contavam apenas com a presença masculina. Enquanto as mulheres brancas, negras, ricas ou não, escravas, ou indígenas não detinham desse acesso. (PRADO, 2021)

O Brasil império, é marcado pelas influências biológicas, que consideravam as mulheres intelectualmente inferiores aos homens. Entretanto, em 1827 com a lei geral, as mulheres são permitidas a acessar as escolas além do ensino fundamental, mas isso não foi imediato. Todavia, a educação das meninas, por falta de acesso, acontecia apenas nas classes mais abastadas e em seus lares, com o acompanhamento de preceptoras.

Isso foi suficiente para um pequeno avanço no registro dos comportamentos e interesses femininos, pois já ao final do século XIX, a imprensa terá a presença dessas que “[...] tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres — as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina — em tema central” (LOURO, 1997, p. 18).

Em particular, Francisca Senhorinha de Motta Diniz realizou esforços a essas perspectivas. Professora, Escritora e Jornalista, funda em 1873 em Campanha, Minas gerais, o jornal intitulado: *O sexo feminino*, de subtítulo: *Semanario dedicado aos interesses da mulher*. De contrário ao pensamento masculino, assume a causa feminina e luta em prol de seus direitos. Cabe agora, conhecer, os meios empregados por ela na luta pelo processo educacional da mulher.



METODOLOGIA

O trabalho tem como objeto de investigação: A educação da mulher no final do século XIX, sob o olhar do periódico: o sexo feminino, cujas publicações em análise são do ano de 1873.

Para escolha do periódico, realizou-se um levantamento no portal de periódicos nacional: hemeroteca digital, biblioteca nacional e na opção: “Busca rápida no acervo digital”, selecionando descritor “o sexo feminino” e período: “1870 a 1899”, encontrou-se 7 registros, Dentre estes, o que se enquadrou, no recorte temporal e no tema foi a revista intitulada: O sexo feminino.

A pesquisa é exploratória e documental. Exploratório, por dar início às leituras sobre a revista e documental por utilizar de fontes primárias que fornece indícios ao entendimento historiográfico. (FONTANA E PEREIRA, 2023).

As Fontes utilizadas são textos do jornal “O sexo feminino”. O recorte temporal são as últimas décadas do século XIX, publicações de 1873. A pesquisa nos documentos se faz por descritores “Educação feminina” e “comportamento feminino”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicia em 07 de setembro de 1873, o jornal o sexo feminino, escrito por Francisca Diniz, professora e, sobretudo educadora que iria incomodar a sociedade brasileira. Afinal o que intencionava esta, ocupando um lugar de fala e dedicando aos interesses da mulher?

Representado a voz feminina reprimida e negligenciada, Diniz denuncia a situação de vida da mulher no Brasil e demonstra ser a educação, o principal meio para modificar essa circunstância. Assim, expõe: “O século XIX, século das luzes, não se findará sem que os homens se convenção de que mais de metade dos males que os oprimem é devida ao descuido, que elles tem tido da educação das mulheres. e ao falso supposto de pensarem que a mulher não passa de um traste dê casa [...]” (O SEXO FEMININO, 1873, n. 1, p.1)

Em uma condição de subordinação, as mulheres padeciam nas mãos da figura masculina, do sistema político, econômico e social da época, para tanto diante da lei de 1827,



que no artigo 11, estabelecia sobre a criação de escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas se constata que isso não entrou em vigor (BRASIL, 1827).

Assim, o grupo de poder pretendia manter a supremacia sobre a população, à vista disso, estrutura uma educação fundamentada no patriarcado, nas diferenças sexuais, de classe e no modo de produção escravista. Decerto a população de pessoas pobres, negras, escravos, indígenas e mulheres eram de várias formas, excluídas desse bem social. (LOURO, 1997; PRADO, 2021)

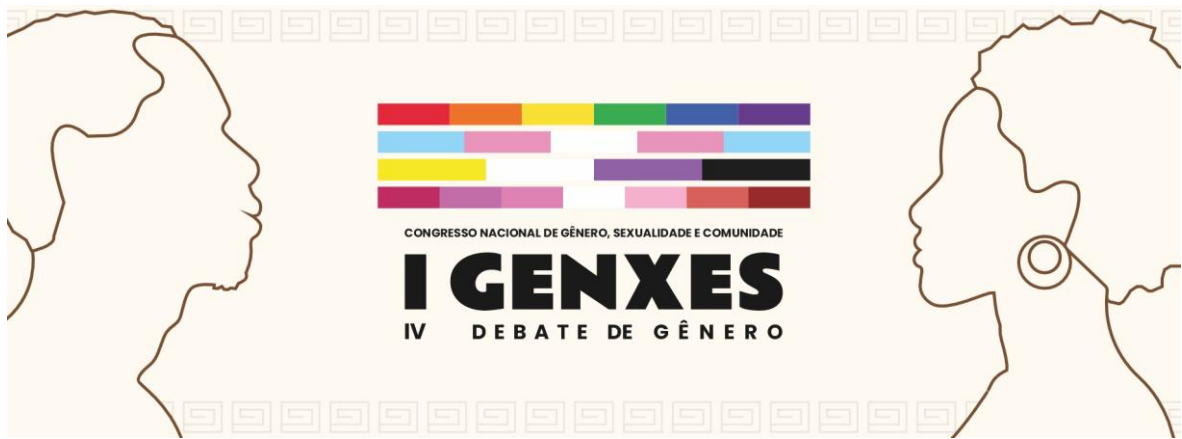
Acerca das distinções entre o sexo, Prado (2021) expõe que até meados do século XIX, as escolas tinham a frequência somente do sexo masculino. Cabendo refletir, até que ponto, era ordem saber ler e escrever?! Nessa sociedade teciam-se tramas políticas que silenciavam mulheres por meio de acordos tácitos (LOURO 1997). Destarte, denuncia o jornal:

Em vez de pães de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cosinhar, varrer a casa etc., etc, mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, grammatica da lingua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina domestica, a puericultura, a litteratura (ao menos a nacional e portugueza), a philosophia, a historia, a geographia, a physika, a chimica, a historia natural, para coroar esses estudos a instrucção moral e religiosa [...] (O SEXO FEMININO, 1873, n.1, p.1).

A Educação de acordo com o sexo objetivava desenvolver no homem o trabalho intelectual a fim de assumirem cargos de prestígio. Enquanto a mulher aprenderia sobre boas maneiras, atividades do lar e familiares. Assim, “privada de instrução e educação embrutece, não lê porque se algum tempo o soube, desaprendou com o lidar insessante das ocupações domesticas.” (O SEXO FEMININO, 1873, n.11, p.2).

Entretanto no final do século XIX, devido às transformações econômicas e sociais, tornou-se conveniente o país ofertar educação formal para mulheres, a fim de essas assumirem o magistério, que até então, era composto majoritariamente por homens. Assim, adentram nesse espaço, mulheres brancas e de classes estabelecidas. Sobre isso, o jornal aborda a inauguração da escola normal e magistério:

[...] as jovens campanhenses, concorrendo á matricula, dão esperanças de imprimirem no ensino publico o cunho da uniformidade e praticabilidade dos



metodos applicaveis á transmissão da instrucção primaria elementar. Teremos professoras—modelos, verdadeiras garantias do futuro glorioso da juventude confiada às suas luzes pedagógicas, a sua instrucção, moralidade e educação. (O SEXO FEMININO, 1873, n.1, p.2).

Todavia, esse ensino, fundamentou-se em mecanismo de exclusão e poder, já que “para elas as escolas dedicavam-se mais a ensinamentos de prendas domésticas, de orações e do básico da leitura e das operações matemáticas, sendo que o currículo era bastante reduzido comparado aos conhecimentos passados ao sexo masculino” (PRADO, 2021, p.32).

Essa formação rala garantia que o lugar feminino fosse inferior comparado aos homens. Exemplo disso se dá no magistério, quando só se destina a mulher em prol do homem deixar esse cargo e ocupar outros maiores e mais remunerados (Santana, 2014). À vista disso emerge no país, os primeiros concursos pelos quais, as mulheres podiam concorrer:

AS CANDIDATAS Ao magistério publico priniario. Art. 1ºda Resolução de 28 de Maio de 1873. « Nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno se abrirão concursos a exames nas sedes das circumscripmes litterarias para as cadeiras de instrucção primaria de ambos os sexos, que estiverem regidas por professores que não forem definitivos, ou se acharem vagas. (O SEXO FEMININO, 1873, n. 02 p. 4)

Cabe destacar que a abertura desse espaço, buscou fundamentar-se em ideias que não a afastasse a mulher do papel social de boa esposa, mãe e dona de casa. Assim o regimento da lei de 1827, no artigo Art 12º, determinava que fosse nomeada mestra as de reconhecida honestidade e que o ensino oferecido deveria contemplar as prendas domésticas (BRASIL, 1827).

Perante uma vida confinada ao espaço doméstico, as mulheres brancas elitizadas encontraram na educação e no magistério a oportunidade de alcançarem níveis maiores de instruções para que pudessem lutar por melhoria nas condições educacionais e trabalhistas de sua classe.

CONCLUSÃO

Ao longo do século XIX a mentalidade vigente não tinha o menor interesse com educação para as mulheres, pois o ideário prevalecente era de que o trabalho intelectual não se



reservava a esse sexo. Diante disso, o presente trabalho objetivou compreender o processo de luta na escolarização feminina.

Os resultados da pesquisa demonstraram que até a década de 1850, as escolas destinavam-se exclusivamente aos homens. Entretanto com as mudanças oriundas da urbanização e industrialização, as escolas passam, no final desse século, a se destinar as mulheres elitizadas.

O estudo tornar-se relevante por demonstrar como algumas mulheres como Francisca Diniz, foram capazes de engendrar discursos discordantes, construir resistências, subverter comportamentos. O trabalho se limita pelas poucas edições analisadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos deputados. legislação informatizada - lei de 15 de outubro de 1827 - publicação original. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html Acesso em: 02 fev 2025

FONTANA, F.; PEREIRA, A. Pesquisa documental. In: MAGALHÃES JÚNIOR, C. A. O.; BATISTA, M. O. (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. Maringá: Massoni, 2021. p. 50-70.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. p.18

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: contexto, 1997. P.443-481.

PRADO, D. S. do. **Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889)**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020.

SANTANA, R. F. A instrução da fêmea: a educação da mulher brasileira no século XIX. **Revista tempos e espaços em educação**. v. 7, n.12 p.137–150. Janeiro-Abril 2014 Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2961> Acesso em: 02 fev. 2025

FONTES: Acervo biblioteca nacional O sexo feminino periódico dedicado aos interesses da mulher (1873)